A Biopolítica dos Comuns na América Latina: Superando uma Pandemia Através dos Movimentos Sociais

Daniel Henrique da Mota Ferreira

Resumo:

O artigo defende que a América Latina encontra soluções na prática local de seus movimentos para lidar com o problema da pandemia global. Ao considerar que a pandemia global conduz a uma crise desigual de acesso à saúde, devido às dinâmicas próprias da inserção latino-americana dependente no sistema-mundo, propõe-se avançar com soluções periféricas desde as práticas comunitárias e territoriais dos movimentos sociais locais. Neste sentido, por meio do conceito de biopolítica do comum, procuramos uma alternativa teórico-conceitual para reafirmar a importância da comunidade no processo de cuidado. Para ilustrar essa proposta, são analisados casos concretos no Equador, Paraguai e Brasil. Nas considerações finais, reitera-se a relevância dos movimentos como agentes de biopolítica que permitem avançar com a prática de cuidados, onde o Estado e o mercado incidem apenas marginalmente.

Palavras-chave: Biopolítica; América Latina; Pandemia; Comuns; Dependência.

Abstract:

This article argues that Latin America finds solutions in the local practices of its social movements to address the challenges posed by the global pandemic. Given that the pandemic has exacerbated unequal access to healthcare – a consequence of Latin America's dependent position within the world-system –, the study proposes advancing peripheral solutions rooted in the community-based and territorial practices of local social movements. Through the concept of the biopolitics of the commons, we seek a theoretical-conceptual alternative to reaffirm the importance of community in care processes. To illustrate this proposition, concrete cases from Ecuador, Paraguay, and Brazil are analyzed. The concluding remarks reiterate the relevance of these movements as agents of biopolitics that enable the advancement of care practices in spaces where the state and market are absent.

Keywords: Biopolitics; Latin America; Pandemic; Commons; Dependency.

Introdução

A Pandemia global da Covid-19 alastrou-se pelo mundo inteiro em pouco tempo. Colocou a maior parte dos países em dificuldades, mudou o comércio e exigiu uma cooperação internacional como poucos momentos na história mundial. E, por isso mesmo, ela nos mostrou claramente como as soluções encontradas no centro do mundo não são as mesmas daquelas que as periferias podem alcançar.

Parte da inquietação por trás desse ensaio provém da fala qualificada do economista francês Robert Boyer, expoente da teoria da regulação, o qual identificou corretamente as múltiplas desigualdades que perpassam a nossa realidade, para além do econômico propriamente dito. A saúde também é perpassada por desigualdades que estão além da generalização neoliberal da eficiência empresarial. Mas ao ser perguntado sobre como a América Latina poderia lidar com a situação da pandemia nas condições de ausência das capacidades estatais, sua resposta foi uma genuína preocupação com a tibieza do Estado mexicano.

Ora, para qualquer conhecedor da América Latina, o caso mexicano é emblemático. Todavia o é também a certeza de que é um país com mais capacidades estatais que a maioria da região. Como diria Eduardo Galeano, no contexto de divisão internacional do trabalho, a América Latina se especializou em perder "desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta"[559]. Depender, portanto, das formas de relação econômica do Estado ou do mercado, coloca a América Latina na precariedade, em comparação aos países centrais nas dinâmicas do sistema-mundo capitalista.

Daí que entre as respostas às condições sociais complexas impostas, é necessário considerar o impulso criativo da própria população em dar forma à organização social da sua vida. Por isso, o presente ensaio não se presume contrário à defesa do retorno da ação estatal em torno à produção da saúde, mas busca deslocar a origem do argumento biopolítico, considerando uma proposta teórica na qual as soluções políticas colocadas são antes socialmente produzidas. O objetivo é modificar os eixos da biopolítica que parte de um Estado de Bem-Estar Social para pensá-la como uma produção da vida e do cuidado que nasce nas próprias práticas diárias de cuidado, tal como impulsionadas pelos movimentos sociais.

Há aqui, portanto, a proposta de ressignificar a ação do Estado pela produção do comum. Tal proposta se realiza a partir da ideia, presente em Yasmeen Arif, bem como Negri e Hardt, por outro registo, de inverter a biopolítica de Foucault, dando à sociedade a centralidade no processo de construção das formas de vida. É nessa releitura de uma biopolítica do comum – ou em movimento em desacordo a uma proposta "estática" – que acredito que é possível avançar para além das propostas via mercado – na ortodoxia econômica – e via Estado – na heterodoxia regulacionista –, em favor das alternativas locais, que já são oferecidas pelos própria sociedade em movimento. Em suma, o que procuramos é enfatizar uma solução policêntrica[560] para a América Latina, ressaltando a importância do comum em países da periferia e semi-periferia. Em nosso argumento, é pelas relações de comum que se pode reverter tanto uma leitura excessivamente questionadora da ação governamental, como dá ao mesmo tempo uma solução latino-americana para problemas que são de ordem estrutural. Na medida em que se reconheçam outras instâncias de produção da vida e da política imersas nas próprias práticas de reciprocidade social, encontramos ao menos um antídoto para este busílis.

Em vista a esse cenário, o presente artigo busca observar as tendências globais na área específica da América Latina, acentuando as soluções encontradas em três países: Equador, Paraguai e Brasil. Dois deles reconhecidos como periféricos mesmo em nossa região tão "acostumada a perder". Enquanto no último, busca-se analisar justamente a atuação das periferias e favelas, isto é, nas áreas em que com menos força chegam as capacidades estatais. Muito do que será trazido para a análise desses casos concretos provém da iniciativa *Comunica América Latina,* criada pelo Observatório de Movimentos Sociais e América Latina. Esta iniciativa plural, movida por pesquisadores e militantes, procurou monitorar como os movimentos sociais nos mais diversos países que compõem a nossa América Latina lidaram com o impacto da Covid e ressignificaram sua atuação em cada local. O trabalho durou de 2020 até 2022, reunindo dezenas de países no continente.

Com esse objetivo em mente, dividiremos a exposição do texto em 4 seções. Começaremos, na primeira parte, com um panorama das desigualdades que a pandemia produziu na América Latina, observando como tese que as disparidades aumentam na medida em que a ação estatal e a concentração de capital se atraem mutuamente, obrigando que as soluções periféricas devam procurar sustentação

[559] Galeano, 2019, p.17.

[560] Por solução policêntrica, a nobel de economia Elinor Ostrom entende a capacidade de gerir meios comuns que envolvam não apenas o Estado ou mercado, mas também as práticas autogestionárias das próprias comunidades. Ver: Ostrom, 2010.

nas relações comunitárias e territoriais que são parte da matriz dos movimentos sociais latino-americanos. Seguiremos, na segunda parte, com uma análise da teoria da regulação e da proposta antropogenética defendida por Boyer, a qual se define pela centralidade do Estado nas condições de garantir a saúde e o bem-estar social. Leremos essa proposta antropogenética como uma proposta "benigna" de biopoder, retomando o termo de Foucault. Em seguida, pela mediação de Negri, Ostrom e das teorias econômicas imergidas nas relações sociais, trabalhamos um conceito de biopolítica do comum ou dos movimentos que nos servirá para pensar a América Latina. Na quarta parte, propomos nossa tese de que o combate local aos problemas globais requer a retomada do ponto de vista do comum, exemplificando-o sobretudo através do problema da segurança alimentar e saúde nos três países já citados. Nas considerações finais, retomaremos o cerne do argumento – qual seja, a relevância de pensar em soluções para a pandemia considerando que os movimentos sociais e ativismos configuram a própria ação de biopolítica –, propondo apontamentos teóricos relevantes.

A pandemia e o acirramento das desigualdades

A passagem do vírus serviu como um catalisador de problemas sociais nas mais diversas regiões do mundo. Mas se todos tinham problemas iguais, o acesso às soluções era dado "aos mais iguais entre todos". Em 2020, primeiro ano da pandemia, enquanto a riqueza mundial cresceu 7,4%, a América Latina teve uma queda de 11,4%. Até agosto de 2021, Estados Unidos e Canadá já haviam vacinado com cobertura completa 53% da população, enquanto na Europa chegava-se a 55,6%. Já na América Latina, apenas 24,8%[561] da população havia atingido a cobertura completa.

Koncke e Schmalz observam que a distribuição de vacinas no mundo seguiu a estrutura trimodal da teoria do sistema-mundo, em periferia, semi-periferia e centro[562]. Mesmo na América Latina, sabe-se que a capacidade de produção de vacinas ficou restrita aos países mais ricos como Argentina, Brasil, Chile e México, com apenas Cuba sendo uma exceção. Apesar da maioria dos países latino-americanos conseguir cumprir a meta da OMS de vacinar 40%, em 2021, e da América do Sul ter se tornado a região líder de vacinação, com mais de 64% da sua população totalmente vacinada ao final daquele ano, há uma clara desigualdade nesse processo. Países como o Haiti tiveram um total de apenas 0,64% de sua população vacinada, enquanto Brasil tinha 64% e Chile e Cuba estavam acima de 85% nesse mesmo período[563].

O Brasil teve o maior número de mortes absolutas em toda a região. Mesmo se considerar sua população, é evidente que outros países como a China, de população maior, não tiveram os mesmos efeitos, indicando um problema de gestão da crise mais do que uma questão meramente populacional. Ou seja, houve desinteresse e desmantelamento das capacidades estatais para avançar com políticas públicas.

Enquanto o Brasil, que ainda possui uma burocracia robusta, apresentava dificuldades pela postura da sua elite política, os Estados mais pobres do continente tiveram menos capacidade de avançar em políticas contracíclicas, assegurando renda e incentivos fiscais, e de aumentar o investimento na área de saúde. O gerenciamento dos recursos públicos se mostrou crucial para compreender o nível de sucesso contra a pandemia[564]. O problema novamente colocado é que as diferentes histórias dos países marcam uma acumulação de recursos também diferenciada, destacando

[561] Cepal, 2021.
[562] Köncke; Schmalz, 2024.
[563] Dados referentes a *Our World in Data.* Disponível em: https://tinyurl.com/4vsucrkk.
[564] Lima; Buss; Paes-Sousa, 2020.

aqui o problema de uma relação, que do ponto de vista do sul global e especificamente da América Latina, foi caracterizada pela dependência.

De maneira mais direta, por dependência, devemos compreender como a divisão internacional do trabalho legou aos países daqui uma condição de países provedores de recursos desde o momento em que foram colonizados[565]. O principal argumento da teoria da dependência, o qual influenciará fortemente a teoria do sistema-mundo, e que vemos se repetir na pandemia, é que as relações econômicas internacionais conduzem a dinâmicas próprias de desenvolvimento capitalista nas margens. Daí que Theotônio dos Santos[566] firma uma ponte entre a teoria da dependência e a teoria do sistema-mundo, compreendendo as semelhanças na forma de pensar a integração do sistema mundial e a construção de dinâmicas distintas entre os países do centro e os da periferia e semi-periferia. Neste sentido, ao chamado norte global, a concentração econômica e de capital os permitia vender produtos de maior valor agregado, porque produzidos com capital intensivo e inovação, levando a uma condição de deterioração dos termos das trocas, fazendo com que os países periféricos tenham que buscar outras soluções aos seus problemas para não reafirmar sua dependência.

Vacinas, máscaras ou mesmo macas são mercadorias produzidas através do trabalho intelectual, do uso de maquinarias pesadas, conduzidos por forte investimento estatal. Houve, portanto, uma assimetria na sua produção e circulação seguindo as próprias dinâmicas de divisão do sistema-mundo. Países do centro ganharam e tiveram mais investimentos, enquanto países semi-periféricos, como é o próprio caso do Brasil, Argentina e México, tiveram melhores condições que seus vizinhos para conseguir parcerias na produção e circulação de medicamentos.

Por sua vez, comunidades mais pobres dentro desses países sofreram mais e demonstraram a relevância da avaliação interseccional para o estudo da pandemia[567]. Assim, um dos grandes impactos da pandemia foi acirrar desigualdades já existentes como as de acesso à saúde, à educação, e a melhores condições de trabalho.[568]

Para ilustrar esse entrelaçamento de desigualdades, podemos observar os efeitos do isolamento no aumento da violência doméstica. Se, por um lado, a realização de quarentena tornou-se privilégio de pessoas que puderam ficar em casa em segurança, por outro, no confinamento, famílias viram a violência privada aumentar, especialmente entre mulheres e crianças; aumento da gravidez também foi uma realidade em muitas famílias, colocando ainda mais peso nas mulheres responsáveis pelo cuidado. Na Colômbia, houve um aumento de 50% nas denúncias por abuso, enquanto, na Venezuela, houve um registro de aumento de 65% no feminicídio em relação ao passado. No México, as chamadas de emergência que relatam agressão a mulheres aumentaram em 50%, conforme os dados colhidos pelo *Observatório de Estudos dos Movimentos Sociais na América Latina* – OMSAL-Netsal[569].

As políticas adotadas nos países latino-americanos, como alhures, também tiveram de lidar com o dilema entre economia e vida. Como contemplar a paralisação da cadeia econômica e garantir a manutenção da saúde ao mesmo tempo? Qualquer dilema que force a economia sobre a saúde é lembrete atroz da imposição da acumulação de capital sobre o bem-estar do cidadão ou sobre o bem-viver dos povos originários e comunidades de nosso continente[570]. Como exemplo, basta lembrar que a compreensão de trabalhos essenciais variou ao longo do período e dos governos. No Brasil,

[565] Marini, 1973.
[566] Santos, 1998.
[567] Cueva Barron, *et al.*, 2021.
[568] *Ibidem*.
[569] Ferreira, *et al.*, 2022.
[570] Acosta, 2016.

governado por um presidente de extrema-direita, aliado às demandas econômicas, a solução foi uma ampliação massiva do número de trabalhadores essenciais a tal ponto que mesmo academias e cabeleireiros foram considerados como parte desse serviço[571].

Podemos perceber também que as condições dadas para a existência do isolamento social variaram significativamente em termos de estratificação social da população. O aumento das desigualdades econômicas foi um fator global perceptível ao se observar a concentração de renda entre os mais ricos. Indivíduos com mais de um milhão de dólares aumentaram a sua fatia da concentração de renda mundial de 35% para 46%. No Brasil, o 1% concentrava 50% da renda brasileira após a pandemia, enquanto 40% da população brasileira vivia na pobreza ou na extrema pobreza[572].

O aumento das desigualdades foi dramático, porque atrelou aos conflitos redistributivos a própria luta pelo direito de viver. Observemos, por exemplo, que um dos setores que mais cresceu foi o de tecnologia, especialmente aquele voltado ao mundo digital, enquanto a população empobrecida ficou na linha de frente como entregadores de aplicativos – enquanto aumentava o consumo nas casas e as empresas de entrega, como a Amazon, tinham recordes de lucros, os profissionais do setor de transporte padeceram. Assistimos, assim, a um aumento significativo no número de mortes nos setores mais pobres da população e geralmente em meio a minorias étnicas[573].

Neste sentido, a busca de soluções provenientes do centro, ainda que possam se expandir solidariamente para as regiões do sul global, são alheias ou precárias quando se apresentam na América Latina, levando-nos a estar dependentes das possibilidades de distribuição destas cadeias globais. Ainda, ao olhar para o caso específico da América Latina, o vírus que começou a se espraiar da China para o Norte global, chegou na América Latina por meio do próprio centro do sistema-mundo. E uma vez retornando à periferia, causará maiores impactos econômicos e letalidade, devido às nossas próprias contradições internas. Daí, também, urge a possibilidade de inverter o sentido inicial da proposta e, ao invés de buscar as soluções a um nível global, partindo do centro, encontrar as possibilidades que existem a nível local.

Dizer que a solução aos problemas globais se encontra, parcialmente, nas especificidades da conjuntura local não é novidade no pensamento social latino-americano. Do trabalho de Mariátegui sobre a condição dos povos originários e campesinos[574], como parte da solução para a questão peruana, à discussão de Raquel Gutiérrez[575] sobre a produção dos comuns na periferia do capitalismo, encontramos respostas locais aos problemas que são inerentes às formas de integração no sistema-mundo.

Classicamente, entre os pilares da literatura crítica sobre a dependência, poderiam ser citados os trabalhos pioneiros de Trotsky[576], nos quais nos aparecem os processos de produção enquanto desenvolvimento "desigual e combinado"[577]. Olhando desde a perspectiva da Rússia, Trotsky propõe que há vantagens no "atraso"[578] – ou no capitalismo periférico[579], para usar uma expressão mais adequada ao ressaltar o caráter subordinado, marcado pelo ocultamento do outro e pela colonização[580].

---

571 Stevano; Ali; Jamieson, 2020.
572 Lima, 2022.
573 *Ibidem.*
574 Mariátegui, 2010.
575 Aguilar; Trujillo; Linsalata, 2017.
576 Trotsky, 1969; Chilcote, 2012.
577 Lowy, 2016.
578 Trotsky, 1959.
579 Prebisch, 1976.
580 Sobre esse caso, ver os trabalhos de Enrique Dussel, especialmente Dussel, 1994.

Sua condição dotada de elementos outros que aqueles presentes nos países centrais, constitui uma mescla entre grupos e culturas díspares que lhes permitiriam o privilégio de soluções criativas para os problemas sociais, como foi o caso da própria revolução russa. Assim, desde a periferia, a criatividade reside justamente em nossa condição de amalgamar diferentes "estágios"[581], termo este que pode ser melhor entendido ao se considerar um mosaico de culturas e imaginários que persistiram tensionando o imaginário instituído pela colonização europeia.

É neste sentido que precisamos reverter o problema do centro para as soluções da periferia. No caso da América Latina, tais soluções alternativas provieram, com frequência, da própria força dos movimentos locais a partir de matrizes comunitárias. Os movimentos sociais na América Latina demonstraram ser coletividades mais fortes que em outros lugares. Não à toa as interpretações sociológicas deste campo se orientam por conflitos de natureza mais ampla, encontrando força em matrizes históricas de caráter territorial e comunitário[582], capazes de firmar uma diferença e construir a partir daí suas próprias táticas de vivência e de cuidado. Ao olhar os casos latino-americanos, inclusive, a diferença sobressai entre uma solução oriunda dos movimentos sociais e outra estatal ou pública. Tal diferença se manifesta nos conflitos em torno dos governos progressistas da região que mantêm formas de desenvolvimento econômico ou de ação política, em contraste com a postura mais comunitária de tais movimentos[583].

Podemos ver este processo tanto em movimentos de organização dos espaços urbanos como as favelas ou movimentos campesinos da América Latina. Com frequência, na sua inserção territorial, onde as políticas públicas estatais são menos presentes, ou onde há menor poder aquisitivo para a compra de vacinas ou para as logísticas de distribuição, cabe apostar em soluções dos próprios coletivos locais para mitigar a crise na saúde. Com isso, impõe-se a necessidade de uma perspectiva alternativa para podermos responder aos desafios econômicos por meio de uma heterodoxia que possa adotar como chaveamento as relações sociais baseadas no comum. O giro ao comum, no caso da pandemia, é mediado pela sua ressignificação através dos processos pelos quais se pode garantir a vida. Em outras palavras, é por uma biopolítica alternativa, ou dos comuns, que, desde o local, podemos acessar uma saída política ao problema global da pandemia. Vejamos como isso se dá nas próximas seções.

A teoria da Regulação e a biopolítica

A pandemia se torna um dilema entre um problema de caráter global e a escala das soluções possíveis. Tal dilema aponta em si para uma crise do modelo de desenvolvimento econômico. Por meio de tal crise, podemos retomar, portanto, as questões centrais colocadas pela teoria da regulação, escola de pensamento econômico heterodoxa, focada em uma leitura histórico-institucional das relações econômicas[584]. A escola da regulação tem forte inspiração no pensamento econômico marxista, mas o transmuta para uma linha de reflexão econômica que, predominando em uma empiria histórica, busca perceber padrões distintos de acumulação construídos nos Estados-nacionais devido à interação entre as classes em disputa, às lutas políticas, aos empresários e às instituições que regulam esse conflito. Logo, a ênfase final recai nos diferentes padrões que o próprio capitalismo pode promover.

---

[581] Lowy, *op. cit.*
[582] Bringel, 2017; Svampa, 2010.
[583] Como exemplo, podemos citar o caso boliviano, tanto na solução dada a Guerra da Água, onde a estatização da água se afastou das formas mais comunitárias de sua gestão reivindicadas pelos população local. Ver Gutiérrez Aguilar, 2014.
[584] Sobre a Teoria da regulação, ver Boyer, 2001.

Entre seus principais conceitos, está a ideia de que o modo de desenvolvimento é composto por dois regimes de acumulação – extensivo e intensivo – e dois modos de regulação, competitivo e monopolista. Em reflexões clássicas, o desenvolvimento técnico e da luta de classes levou a um regime monopolista e intensivo no norte global, durante os anos dourados do capitalismo[585]. Hoje em dia, porém, a crise se alargou, especialmente pelas cadeias terem se tornado cada vez mais internacionais.

Em meio ao quadro contemporâneo, Boyer[586] vislumbrou uma outra possibilidade de retomar as discussões sobre um novo regime de desenvolvimento. As crises que nascem das pandemias não são fenômenos novos dentro da história econômica e se tornam cada vez mais corriqueiras. É necessário, portanto, considerar o que elas sempre trouxeram consigo e muitas vezes era ignorado, isto é, que há um tipo de desigualdade para além do econômico, que se manifesta na saúde e na vida. O mercado financeiro, que se tornou a força hegemônica nas relações de produção contemporâneas, se mostrou incapaz de lidar com o problema. Com a necessidade colocada pela pandemia, viu-se a obrigatoriedade da cooperação entre os diferentes agentes para construir políticas públicas mais hábeis para lidar com a crise.

Em um tal cenário, diz Boyer[587], a coordenação é garantida pelo Estado. Isso porque a atuação do Estado serve como uma forma de assegurar aos setores privados que haverá retorno em suas estratégias. Ele atua como segurador e, ao mesmo tempo, como coordenador do projeto. A sua centralidade não seria do mesmo tipo que aquela dos tempos keynesianos, mas seria capaz de redirecionar os esforços cooperativos para outras possibilidades de desenvolvimento.

O que dá ao ente estatal esse poder é justamente um fator social dos mais importantes. Ele é legitimado a tal por representar e dar substância à solidariedade a nível nacional, dentro da perspectiva do economista francês[588]. Nesse sentido, sua atuação dá confiança ao cidadão, o qual já o havia legitimado. Nesta perspectiva, o Estado se torna emanação do próprio senso de comunidade, vindo a cristalizar na ideia de público as relações sociais comunais.

Essa centralidade do ente estatal discutida acima pode conduzir os investimentos em direção a romper com as desigualdades que se acumulam em termos de saúde, como o problema da distribuição de vacinas, ou da baixa qualificação da população para postos médicos. Assim, abre-se uma alternativa ao modo de desenvolvimento contemporâneo, alcunhada pelo economista francês de desenvolvimento antropogenético. Nele, o investimento seria antes focado na melhoria das capacidades humanas, ou seja, no aumento dos níveis educacionais e no cultivo e desenvolvimento das habilidades pessoais de cada um, e na garantia de um sistema de saúde universal que garanta uma vida mais saudável.

Note-se que para tal caminho, é imprescindível ter capacidades estatais bem desenvolvidas. Portanto, o que dizer das deficiências do Equador e do Paraguai para atuarem nesse caso? Em termos de capacidade estatal, basta considerar que Equador e Paraguai não têm grandes estatísticas do número de mortes. A dificuldade em acompanhar o número de casos subnotificados no Equador, obrigou muitos especialistas a utilizarem um cálculo de morte em excesso durante os meses de pandemia, algo que ficou prejudicado quando ocorreu o aumento da violência nas ruas.

O cálculo em si retoma o problema da biopolítica. A biopolítica teve sua primeira formulação nos trabalhos de Michel Foucault, começando com seu livro *A vontade de saber*[589], de 1976, e seguido

[585] Brenner; Glick, 1991.
[586] Boyer, 2020.
[587] Boyer, 2022
[588] *Ibidem.*
[589] Foucault, 1999a.

pelo seu curso no *Collège de France*, publicado como o livro *Em defesa da sociedade*[590], a partir do que se refere às tecnologias de controle da população, criadas em consequência da busca de "fazer a população viver", em contraste com as tecnologias de soberania, cuja atuação em torno da legalidade era feita para afirmar o direito do soberano de poder escolher quem morre.

A biopolítica é política, isto é, ela atua exercendo poder sobre alguém. Na metodologia que Foucault veio a desenvolver, o poder não toma uma característica geral, mas pode ser observado em práticas de saberes, constituindo formas de atuar sobre os indivíduos e população[591]. No caso da biopolítica e dos seus estudos sobre a medicina social, Foucault observa os saberes que são capazes de administrar a população, agindo ao nível da espécie humana. Dentre os mais relevantes estão o próprio avanço da medicina social, as técnicas de estatísticas e, com o tempo, Foucault[592] considerará também a economia, mas já recaindo na chave da governamentalidade.

Na medida em que higiene, saúde, fertilidade, sexualidade etc. tornam-se aspectos políticos, elas são tomadas como parte da biopolítica. Neste sentido, como observa o filósofo Antonio Negri, a biopolítica se torna envolvida "em todos os aspectos da vida, que mais tarde se tornam os espaços de implementação das políticas do Estado de Bem-Estar: seu desenvolvimento, na prática, é inteiramente absorvido pelo objetivo de uma melhor gestão da força de trabalho"[593]. Logo, a busca por formas de ampliar a expectativa de vida leva a descobertas de dispositivos de controle da população.

A economia entra na equação na medida em que Foucault, após debruçar-se sobre o neoliberalismo e a teoria do capital humano, passa a considerar que essa população não é apenas moldada, mas é também conduzida em sua própria subjetividade pelos aparatos de governo. O avanço da economia significava, portanto, que a biopolítica se tornava governamentalidade[594] e, com isso, que os governantes buscavam conduzir os indivíduos "ao seu melhor fim", abrindo espaço nessa configuração a certa agência do próprio sujeito dentro da população conduzida.

Mas, em Foucault, as formas de controle do Estado que se constituíram enquanto biopolítica tendem a um aspecto negativo, porque se atrelam ao problema posterior do racismo de Estado[595]. Para o filósofo francês, a produção de formas de regulação da vida se transforma também na avaliação dentro deste corpo biológico daqueles que ficam excluídos do processo. Sua preocupação se volta ao nazismo, ao liame no qual o poder biológico de regular a vida se torna também, por exclusão, a forma de higienizar sua própria raça em detrimento da morte de outra. Esta leitura da biopolítica levou a desdobramentos importantes na compreensão dos mecanismos de exceção e autoridade do Estado.

Entretanto, por vezes, tendeu-se demais a ler a exceção através deste conceito, de modo a que todas as formas de garantir a vida pelo Estado pudessem, em algumas leituras, serem vistas como ocultando uma ação perniciosa de controle da vida[596]. Em que pese esta possibilidade, é bem verdade que, na procura para salvar vidas, há outras éticas e questões que se juntam à discussão do controle, o qual se torna excessivamente unidimensional. A teoria da regulação pode, ao contrário, ser configurada em novo escopo quando se considera que as regulações que o Estado busca fazer têm como objetivo conduzir a população a um melhor fim. É o que poderia ser chamado de alocação destes recursos. E o

590 Foucault, 1999b.
591 Machado, 2013.
592 Foucault, 2013.
593 Negri, 2008, p. 20.
594 Foucault, 2008; Foucault, 2013.
595 *Ibidem.*
596 Este é o caso conhecido das críticas de Giorgio Agamben às práticas de distanciamento social, durante a pandemia. Ver Agamben, 2010.

modo de desenvolvimento antropogenético é, nesse sentido, uma retomada "benigna" da biopolítica para de fato garantir a vida.

A forma antropogenética se distingue também das preocupações com o nascimento do neoliberalismo, centrada na individualização dos riscos e na aproximação entre as práticas individuais de constituição de subjetividade e o funcionamento empresarial. Ou seja, são distintas a uma racionalidade de *homo economicus*, como vista na subjetividade neoliberal[597].

O modo de desenvolvimento antropogenético produz, portanto, um tensionamento entre a ameaça do controle social (a biopolítica em sua acepção tipicamente "negativa") e as benesses viabilizadas por tal controle quando dentro de uma perspectiva em que este é democraticamente distribuído aos cidadãos. Constitui-se em um paradoxo entre o controle social e as vantagens de o fazê-lo quando dentro de uma perspectiva democrática, de participação cidadã neste controle.

Mas este controle cidadão requer a existência de capacidades estatais para a própria democratização. Podemos pensar os limites da solução antropogenética ao observar a prática biopolítica da contagem de mortos durante a pandemia. A contagem de mortos se tornou um fator importante para mensurar a eficácia das políticas públicas empregadas. Trata-se de fato de controle da vida pela ampliação de mecanismos de defesa da saúde.

Entretanto, a solução antropogenética perpassa o uso do Estado e conduz a uma visão, tal como em Foucault, onde o indivíduo e a população são construídos e moldados por um saber do qual sofrem a agência. Mas, no Equador, assim como no Paraguai, há um apagão logístico para se tomar tais medidas. E mesmo no Brasil, onde há uma quantidade grande de dados estruturados em relação aos países vizinhos, o país teve suas próprias dificuldades de mapeamento, devido a não conseguir implementar o CENSO.

Há, portanto, uma ausência significativa de capacidades estatais nos países periféricos, tornando difícil a atuação política nessa direção. Nesse sentido, a situação dos países latino-americanos aparece como um impasse teórico, se visto diretamente pelas lentes de uma teoria heterodoxa que apenas consiga avaliar o problema pelas lentes do Estado. Argumento, porém, que este limite apenas ocorre porque tanto a teoria foucaultiana de biopoder, como a resposta regulacionista, enfatizam uma visão do Estado como ator principal na produção das práticas de saúde.

Esta proposta antropogenética é capturada por uma dificuldade presente na abordagem foucaultiana. Afinal, ainda que a teoria da regulação abra espaço para pensar as disputas e conflitos de classe junto à necessidade de orientação pela via da regulação institucional, tal regime de acumulação tem como centralidade o aspecto estatal enquanto processo emergente da coordenação destas disputas. Desse ponto de vista, o próprio desenvolvimento alternativo está totalmente alicerçado no aparelho de Estado e pouco ou nada reflete sobre a própria sociedade no processo de construção dessas dinâmicas.

Uma biopolítica do comum

Voltemos nossa atenção para a falha que dissemos existir na teorização desta heterodoxia econômica. Em relação à questão econômica, o caráter falho aparece na medida em que o Estado é visto como a única forma legítima de organização de poder. Falta a esta perspectiva uma visão policêntrica das formas de organizar a economia e as trocas. Elinor Ostrom[598], em trabalho que lhe rendeu o Nobel, desenvolve a teoria de como proteger os bens comuns por meio de relações

[597] Foucault, 2008; Foucault, 2013.
[598] Ostrom, 1990.

comunitárias. A resposta para a tragédia dos comuns na forma de proteção comunitária permitiu avançar com uma proposta de bens que não ficava restrita às soluções da propriedade privada ou da necessidade de um ente público, remetendo a um terceiro capaz de garantir e administrar o bem para os outros.

Na teoria da antropologia econômica, propostas similares apareceram. A partir do clássico trabalho de Polanyi[599], foram ressaltadas formas de relações sociais com base em reciprocidade, redistribuição e nas trocas econômicas. Enquanto isso, Karatani[600], inspirado em Polanyi na releitura da crítica de Marx a Hegel, traria 4 modos de trocas: o modo A, presente na reciprocidade, quer seja ela de origem clânica ou de um nomadismo primitivo; o modo B, de origem na pilhagem e espólios, que seriam posteriormente distribuídos a partir de um ente estatal forte; e o modo de troca C, de origem nas relações de mercado. Um modo D apareceria como a capacidade de retorno do reprimido, retomando às formas nomádicas de reciprocidade do passado em um outro nível.

Por sua vez, Graeber[601], desde o ponto de vista da discussão das lógicas morais por trás de toda atividade econômica, também chega a três princípios morais que embasam relações econômicas e formas de dívida, sendo eles o comunismo, a hierarquia e as trocas. E apesar de sua enfática tentativa de apartar sua teoria de uma que seja baseada em relações de troca, tais princípios terminam por se sobrepor bastante às propostas das relações comunitárias, estatais e econômicas.

Estas teorias econômicas se deslocam em relação a Ostrom e demais economistas políticos, na medida em que reafirmam o econômico como uma relação social. Ao atrelar esta reciprocidade à comunidade, portanto, podemos pensar que a defesa do bem comum é uma forma de relação social que está construída em meio a bases comunais de reciprocidade e solidariedade.

Logo, valendo-se desta releitura do comum, podemos reavaliar a noção de biopolítica para os tempos da pandemia. Afinal, a noção conceitual de biopolítica do filósofo francês pecou de modo similar no que se refere aos problemas da heterodoxia econômica dos países centrais. De início, o conceito é apresentado como vinculado à ampliação dos mecanismos de controle e crescimento do Estado e da sua organização administrativa com vistas a garantir a ordem e até a disciplina. Depois, a noção é modificada para abranger o momento em que a dicotomia Estado/Nação “é suplantada por uma economia política da vida em geral”[602]. Mas, ao fazê-lo, resta a compreensão sobre o que são os biopoderes, ou seja, onde residem as relações que constituem as forças dentro dos diagramas de Foucault? Em outras palavras, do mesmo modo que é possível falar em tecnologias, é importante observar que elas têm dois polos, entre os que a exercem e os que sofrem sua ação. Mas, neste caso, apenas vemos a resistência enquanto reações a um poder que está diluído socialmente, com dificuldades de materializar em alguma forma.

Logo, valendo-se desta releitura do comum, podemos reavaliar a noção de biopolítica para os tempos da pandemia. Afinal, a noção conceitual de biopolítica no filósofo francês pecou de modo similar aos problemas da heterodoxia econômica dos países centrais. De início o conceito é apresentado como vinculado à ampliação dos mecanismos de controle e crescimento do Estado e da sua organização administrativa com vistas a garantir a ordem e até a disciplina. Depois, a noção é modificada para abranger o momento em que a dicotomia Estado/Nação “é suplantada por uma economia política da vida em geral”[603]. Mas, ao fazê-lo, resta a compreensão sobre o que são os

[599] Polanyi, 1977.
[600] Karatani, 2014.
[601] Graeber, 2014.
[602] Negri, 2008, p.7.
[603] Negri, 2008, p.7.

biopoderes, ou seja, onde residem as relações que constituem as forças dentro dos diagramas de Foucault? Em outras palavras, do mesmo modo que é possível falar em tecnologias, é importante observar que elas têm dois polos, entre os que a exercem e os que sofrem sua ação. Mas, neste caso, apenas vemos a resistência enquanto reações a um poder que está diluído socialmente, com dificuldades de materializar em alguma forma.

Como observa Judith Revel em seu dicionário de Foucault, a biopolítica foucaultiana leva a dois problemas dentro da teoria. Um primeiro problema, como já observado, é que Foucault associa, nos primeiros textos, a biopolítica à formação do Estado e seu apartamento da sociedade. Entretanto, também se pode ler em Foucault o seu contrário, na medida em que a biopolítica reafirma uma política da vida. Dessa segunda formulação reaparece uma segunda contradição:

> Trata-se de pensar a biopolítica como um conjunto de bio-poderes ou, na medida em que dizer que o poder investiu a vida significa também que a vida é um poder, pode-se localizar na própria vida – ou seja, evidentemente no trabalho e na linguagem, mas também no corpo, nos afetos, nos desejos e na sexualidade – o lugar de emergência de um contra-poder, o lugar de produção de subjetividade que se apresentaria como momento de desassujeitamento?[604]

O que Negri sugere está, portanto, em acordo com uma outra possibilidade de leitura no cerne do problema da biopolítica. Mas o faz modificando os eixos iniciais do assujeitamento pelas tecnologias securitárias de Foucault, ao propor a premissa de que as resistências precedem o poder. Neste sentido, o poder é reavaliado através de uma leitura deleuzeana da obra foucaultiana, como não apenas parte de um diagrama de forças, mas como de fato uma relação na qual este poder se apresenta desde um centro irradiador, a partir do qual as resistências buscam sua fuga. O que esta abordagem nos permite é readequar a questão das relações de força, devolvendo certa instância de agência às relações sociais e às práticas de reprodução e cuidado com a própria vida. Ou seja, nos permite ir ao cerne de uma das possibilidades de leituras abertas pelo próprio entendimento da biopolítica.

Pela produção da biopolítica, Negri e Hardt[605] buscam retomar o conceito de um comum moderno, observando no cerne do desenvolvimento das relações trabalhistas uma forma de trabalho calcado no conhecimento e que se apresenta em caráter afetivo. Não é necessário ir tão longe no argumento de Negri para reconhecer seus ganhos para o debate sobre a saúde. Afinal, o problema da pandemia já nos lembra que as relações sociais comunais, com base na política de cuidado da vida, já existiam e estavam sendo conduzidas por comunidades locais.

Reforçar o papel das comunidades locais na produção de políticas de vida é lembrar das relações dos cuidados como parte essencial da produção do comum, como aborda Raquel Gutiérrez Aguilar[606]. Em tal autora, os comuns se constituem externos ao capitalismo, porque aparecem como tal na relação de cooperação existente no próprio processo de reprodução da vida. As relações sociais podem assumir diferentes formas, mas são marcadas pelo pertencimento, simultaneamente herdado e produzido nas práticas comunitárias, daí sua compreensão do comum.

Aqui, sua oposição ao capital é patente, uma vez que, no capitalismo, há a separação do proletariado em relação aos meios de produção, cuja propriedade se torna privada. Ao trabalhador livre nada mais lhe sobra a não ser vender sua força de trabalho pela sua vontade pessoal. Livre, portanto, é

[604] Revel, 2008, p.26.
[605] Hardt; Negri, 2017.
[606] Aguilar; Trujillo; Linsalata, 2017.

uma condição de afastamento da natureza e dos seus laços comunitários, enquanto o valor de uso, que seria central ao processo, é dominado pelas trocas capitalista[607].

Enquanto essa abordagem acentua a externalidade do comum ao capitalismo, Hardt e Negri[608] propõem uma interpretação que enfatiza a resistência imanente ao desenvolvimento da modernidade. Mas, ao final, ambos compreendem que é na produção de práticas cooperativas dentro da sociedade, tal como ocorre nos processos de produção da vida, onde se pode discutir a produção de comuns[609].

Ao compreender o comum como uma relação social, ela nos permite mediar o encontro com uma nova abordagem da biopolítica. Nesse sentido, vale a pena retomar as análises da antropóloga Yasmeen Arif[610]. Yasmeen, preocupada com como os próprios indivíduos aderiram ao distanciamento social durante a pandemia, procura constituir uma visão da biopolítica na qual o social volta a ter agência, ou seja, onde é possível perceber que a produção da vida e as políticas de cuidado têm lastro nas relações sociais cotidianas. Neste sentido, ela argumenta que os conceitos de biopolítica e de governamentalidade eram usados com frequência durante a pandemia, mas sem teorizar sobre as relações entre vida e sociedade, ou o que ela chama de dimensão biossocial.

Segundo Arif[611], ao tratar sobre o caso indiano, o que se viu com o distanciamento social foi uma forma de biopolítica também, mas na qual muito se imobilizou o próprio social. A necessidade de distanciamento era controlada por uma proposta de exceção, que unia o vírus à figura do inimigo de guerra. Agir contra o vírus torna-se combatê-lo. A vitória contra o inimigo dependia das próprias instituições governamentais, às quais definiam os limites de atuação da própria sociedade.

Em termos econômicos, essa governamentalidade buscou passar leis comerciais que pudessem reaquecer a economia, mas, principalmente, à revelia das classes trabalhistas que tinham cada vez mais dificuldades de se mobilizar em tempos de pandemia, devido aos riscos corridos. Isso pode ser visto nos protestos no Equador ou no Paraguai, que lutaram contra essas formas de flexibilização, as quais se tornaram a tônica na América do Sul[612].

Seguindo a antropóloga indiana, no entanto, é possível outra proposta da construção da biopolítica e da população. Nessa produção, ao invés de um processo que se dá necessariamente pela via da ação governamental, as tecnologias de segurança não seriam aquilo que constitui o social, mas sim é o social o que produz a população. Ao inverter essa ordem, o que se coloca em jogo é a primazia na própria formação dos mecanismos de controle e poder do Estado. A resistência vem, primeiro, porque a sociedade está presente antes da institucionalização. Arif conclui que é necessária uma biopolítica afirmativa a partir da compreensão do social.

O ponto de Arif é justamente o que até então apreendemos pelo conceito de comum. O comum, como vimos, também nasce das relações sociais e tem sua forma de produção pelas vias do cuidado, expandindo a lógica do bem-estar comunitário para todas as relações de produção, quer seja

---

607 *Ibidem.*
608 Hardt; Negri, 2017.
609 A diferença entre as abordagens se dá pelo fato que os trabalhos de Aguilar partem das discussões do feminismo anticapitalista de Silvia Federici, a qual trabalha com a ideia de espaços originários de expropriação. Ao enfatizar a centralidade das relações comunais como uma externalidade expropriada pelo capitalismo, trazem seus compromissos com lutas locais de grupos não inseridos na lógica capitalista. Já Negri e Hardt abordam a exploração a partir das próprias mudanças no capitalismo cognitivo, procurando uma formulação imanente à produção capitalista para pensar os próprios comuns contemporâneos. Ver Federici, 2010.
610 Arif, 2022.
611 Arif, 2021.
612 Ferreira, *et al.*, 2022.

econômica, quer seja da vida. Como Graeber coloca a partir do seu princípio do comunismo, esta lógica é a própria base de fundação da sociedade[613].

Daí que contra as ameaças globais, são muitas vezes os movimentos populares os primeiros a lutar por melhorias em seus locais de moradia. O que nos interessa salientar para a próxima seção é justamente as alternativas que são produzidas pela sociedade, ou seja, exemplificar esta biopolítica do comum. Tais formas de solidariedade nascem diretamente de movimentos autônomos, em sua maioria, nas frestas de atuação do governo ou do mercado. Disso também se procura retirar como o social se articula ao ato de governar reconstruindo-o debaixo, quando há uma janela de oportunidade para a atuação dos movimentos sociais, o que exige uma sociedade civil robusta.

O comum em movimento: práticas e atores no Equador, Brasil e Paraguai

Com a inserção da pandemia, dois problemas se colocaram para a vida: a morte pela praga do vírus e a morte pela fome, devido à quebra nas cadeias de distribuição de alimentos. Como toda e qualquer atividade econômica, as cadeias de alimentação foram afetadas pelas políticas de distanciamento social, pela redução da força trabalhista e pelo congelamento dos investimentos. Milhões de famílias retornaram ao mapa da fome[614]. A situação da segurança alimentar atingiu níveis alarmantes especialmente nos países e setores mais vulneráveis.

Na ânsia por viver, os ativismos abraçaram práticas que garantem o combate à fome. Grupos de coletivos, movimentos sociais e simpatizantes juntaram-se para cozinhar e distribuir alimento para aqueles que mais precisavam. Essa iniciativa é conhecida hoje como *ollas comunes* (panelas comuns) ou *ollas populares* (panelas populares) e, no Brasil, foram apelidadas de cozinhas comunitárias pelo MTST.

O fenômeno em si não é novo. Muitos movimentos grevistas latino-americanos usavam a prática como forma de garantir a alimentação do trabalhador que havia paralisado e manter os laços de solidariedade entre membros dos grupos[615]. O que mudou, radicalmente, foram as condições para que ocorressem esses movimentos. Esse tipo de iniciativa levou em conta as condições de quem poderia atuar cozinhando, os espaços e infraestruturas, onde poderiam ser construídas as cozinhas e quem poderia fazer a distribuição. O lema "quem tem fome tem pressa" unia grande parte dessas redes ativistas.

Nas regiões periféricas do Paraguai, vemos um exemplo de inversão da relação entre Estado regulador e sociedade regulada. Em meio às regiões periféricas de Assunção, onde o fechamento da economia trouxe um forte impacto, houve uma proliferação de *ollas populares.* O movimento se organizou através da *articulación de ollas populares*, com página própria onde se manifestava desde maio de 2020 nas redes sociais e ficou mesmo após os períodos mais intensos de pandemia. Em seu auge, a articulação fala que atendeu em torno de 7 mil cidadãos, muito graças a doações realizadas e à ajuda da Secretaria de Emergência Nacional (SEM)[616].

A principal conquista do movimento foi a lei de incentivo às panelas populares. A lei veio após muita pressão do próprio movimento e de lutas para modificar sua proposta inicial. No primeiro projeto, o incentivo apenas iria para pessoas jurídicas, mas grande parte das panelas, devido ao seu

613 Graeber, 2014.
614 Lima, 2022.
615 Borba, 2020.
616 *Ibidem.*

caráter comunitário e autogestionário, não eram formalmente regularizadas. A alteração do projeto de lei foi fundamental para trazer incentivos a essa política pública.

Ainda tendo como foco a questão da segurança alimentar, o movimento campesino também contribuiu para mitigar os problemas agravados pela crise. Saindo do caso paraguaio, observemos os casos do Equador e do Brasil. Nas regiões periféricas da parte continental do Equador, houve muitos *trueques* alimentares impulsionados pelas brigadas campesinas. O *trueque* é a prática comum de trocas de serviços ou comidas por outros serviços ou comidas. Essa prática proliferou no país durante o período mais intenso de *lockdown*[617].

Essas formas de trocas foram usadas pelo movimento como forma de abastecimento entre as regiões. O escambo mais emblemático ficou conhecido como *el gran trueque solidário* (a grande troca solidária), realizado em maio de 2020, em meio aos momentos mais críticos da pandemia no continente. Participaram da sua coordenação o movimento campesino nacional (FECAOL), junto com o coletivo *Mujeres sin límites* de Tungurahua e a Conferência Nacional e Intercultural de Soberania Alimentar. Nele, 4 províncias do Equador trocaram alimentos, trazendo comidas que faltavam em cada dieta para ser repassada aos movimentos e populações locais[618].

Para além dessa grande ação, o movimento atuou também no estímulo à venda direta entre os produtos do pequeno produtor rural e as famílias e comunidades mais necessitadas a preços baixos. Para tanto, tais comunidades se articulavam em torno dos bairros populares e dos governos autônomos descentralizados – estes últimos podendo adquirir o caminhão diretamente com o movimento campesino. A ideia era reduzir o número de intermediários, abaixando os custos. Serviços, portanto, que antes dependiam de grandes transportadoras, em uma articulação por dentro do mercado, agora poderiam ocorrer por outros meios mais acessíveis à população.

No Brasil, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi na mesma direção. Estima-se terem sido doadas mais de 6 mil toneladas de alimento durante a pandemia, as quais teriam sido distribuídas a mais de um milhão de famílias em 24 estados[619]. Inicialmente, o foco foi na região Sul, onde há 60 cooperativas e 80 agroindústrias ligadas ao MST. Os primeiros beneficiários foram os hospitais da região. Também houve uma grande doação para as escolas no estado do Paraná, como parte das tratativas de manter o Programa Nacional de Alimentação Escolar[620].

Portanto, de maneira articulada, as políticas públicas do Estado são enriquecidas pela atuação da agricultura local, retomando a hipótese de uma rede de cuidados que se consolida a partir do social e passa a se articular com as instituições políticas organizadas. Neste processo, tanto os movimentos geraram a alimentação e a sua distribuição como permitiram potencializar o social para além das formas de regulação que eram impostas pelo Estado ou das precariedades que lhes marcavam.

No caso da Saúde, é possível citar as diversas atuações de coletivos no Brasil para a distribuição dos materiais de higiene e conscientização da população sobre os perigos enfrentados. Movimentos já consolidados pela atuação em outras áreas, como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) atuaram a partir da distribuição de kits de higiene e cestas básicas. Profissionais das mais diversas áreas, como psicólogas e psicólogos se voluntariaram na prestação dos seus serviços[621].

---

617 Ferreira, 2020.
618 *Ibidem.*
619 Ver: https://tinyurl.com/mr2mk5w9.
620 Ver: https://tinyurl.com/bdd5938f.
621 Reghim; Lauletta, 2022.

Já nos primeiros meses, chamaram especial atenção as atuações que ocorreram nas favelas e regiões periféricas das capitais. A Central Única de Favelas (CUFA) funcionou durante todo o período arrecadando dinheiro via *crowdfunding* para garantir os materiais de higiene necessários e a sua distribuição em meio às favelas. Em Acari, o coletivo "Fala Acari", cuja figura mais conhecida é a ativista Buba Aguiar, passou a atuar para além da sua função normal de denúncia das opressões policiais – atuando muito para o deferimento da ADPF[622], que pedia o fim das operações policiais durante a pandemia. Entre as novas atuações estava o trabalho de conscientização social, sobre a importância de manter distanciamento e fazer uso de máscaras. Além disso, recebiam as doações para equipamentos individuais e cestas básicas para fazer a distribuição. Buba é epidemiologista e, como ela, diversos profissionais treinados que moram em favelas atuaram para garantir que houvesse máscaras para quem precisava.

Tais iniciativas tiveram o apoio da Fiocruz, através de sua chamada pública "Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 em Favelas" do Rio de Janeiro. Estima-se que essas ajudas trouxeram benefício a pelo menos 100 mil pessoas de 75 favelas da cidade[623]. Ou seja, há aqui um círculo virtuoso de atuação entre as sociedades civis e o poder público, quando este atua potencializando a solidariedade empregada nas práticas comunais.

Neste sentido, vê-se uma inversão por trás da lógica do cuidado e da sua expansão em direção ao global. A Fiocruz, enquanto instituição pública, torna-se potencializadora de práticas já existentes, a nível local e, com isso, vemos uma relação distinta sendo construída, onde as políticas da vida são ressignificadas.

O que as ações dos movimentos nos mostram, desde seus imaginários próprios, é que o cuidado é, antes de tudo, a base do social e, portanto, parte inerente da atuação dos movimentos. No país, desde as raízes de movimentos comunitários latino-americanos, isto é, desde onde ainda persiste relações com base no comum, é possível observar alternativas da periferia aos problemas estruturais de ordem global.

Considerações Finais

O objetivo do presente ensaio foi discutir os impasses colocados pelo vírus na América Latina e as soluções *sui generis* aqui empregadas pela sociedade. O aprendizado que o mundo pós-covid legou é a necessidade de pensar a América Latina com ênfase nas práticas sociais locais – distinguidas aqui daquelas que se orientam por uma lógica estatal ou mercadológica –, enfatizando as competências das iniciativas da própria sociedade civil na promoção das políticas sociais. Os efeitos são benéficos, especialmente quando se permite espaço para a cooperação mútua com o Estado. Assim, o ensaio procurou atuar em lacunas da literatura dos países do norte ao tratarem dos efeitos globais da pandemia, por enfatizarem muitas vezes o Estado como único e legítimo agente para solucionar problemas sociais.

Como discutido, embora a Covid-19 tenha ceifado vidas em todo o globo, ela acentuou de maneira assimétrica as desigualdades de acesso à saúde e de circulação das mercadorias de proteção social. A desigualdade, já compreendida pelo marxismo como inerente ao desenvolvimento do capitalismo, mostra um capítulo específico na globalização do vírus. Ainda que começando em outras partes do mundo, terá efeitos devastadores notáveis na América Latina e, dentro da mesma, também

[622] ADPF é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. É um dos remédios de controle constitucional. No caso em tela, referimos a petição para o fim de operações da polícia militar durante o tempo da pandemia.
[623] Ver: https://tinyurl.com/223468ze.

ao causar mais danos em países e grupos mais vulneráveis. Quando se trata de crises no sistema-mundo por fatores externos às trocas de mercadoria, estas também têm efeitos desiguais.

Dentro das próprias desigualdades apresentadas, um dos desafios maiores está em saber por quais caminhos é possível superar os impasses globais, uma vez que a política de *laissez-faire* não parece trazer melhores resultados quando se trata de problemas de saúde global. Como observado, não é por menos que um dilema surgiu a partir dela, entre a manutenção da vida ou a saúde econômica. Neste dilema, cabe à América Latina alternativas que possam ser buscadas desde sua condição na periferia ou semi-periferia do sistema-mundo. Alternativas, portanto, que valorizem os aspectos que nos distinguem, tal como a presença forte de movimentos sociais.

Deste modo, cabe repensar um espaço para uma economia política com base nos comuns. Da maneira como o dilema costuma se apresentar na heterodoxia – entre saúde econômica ou saúde pública – encontramos um impasse, cuja solução é dada apenas com o uso das capacidades estatais, algo que nos países periféricos é mais precário devido à dificuldade de arrecadação financeira. Deste modo, saídas pelas lógicas hierárquicas do Estado ou pelo cálculo interessado do mercado tendem a não conseguir solucionar o problema da Covid-19 na periferia do mundo.

Acreditamos que esse problema estava no cerne das soluções heterodoxas de tipo estatista. Nosso objetivo, portanto, foi ressaltar a carência teórica dessa reflexão, ao propor a proximidade entre a teoria regulacionista e a proposta de biopolítica influenciada por Michel Foucault, a qual foi uma das formas de se ler o momento da pandemia. Ao mesmo tempo, procurou-se, neste artigo, abrir espaço para uma abordagem que afirmasse positivamente a importância das soluções periféricas, ressaltando o que há de mais específico no caso latino-americano, como sua forte presença de movimentos sociais. Deste modo, parafraseando Trotsky, é possível afirmar o privilégio da periferia para solucionar as manifestações locais das crises globais através dos próprios coletivos que estão sendo por ela afetados.

Com isso, foi possível questionar a abordagem a partir de uma virada na produção da economia para uma economia do comum, baseando-se na biopolítica de Antonio Negri e nas reflexões de Yasmeen Arif, para quem seria possível e necessário retirar a noção de biopoder de Foucault de dentro do governo e colocar o social como o seu primeiro produtor. É na medida em que podemos devolver às relações sociais, constituídas por baixo em bases comunitárias, o poder de regulação que somos capazes de pensar em uma alternativa local para a América Latina. Aqui, onde os movimentos sociais são mais fortes e consolidados que em outras regiões do globo, é que devemos justamente apostar nessas relações desde o comum, para reequilibrar os polos de uma economia policêntrica.

É na articulação entre o público e o social que foi possível perceber estratégias se tornando mais exitosas em nossos países. Por vezes, esses objetivos só foram alcançados por pressão e conflituosidade, o que nos deve levar a considerar que a busca por coordenação é construída em torno de disputas e consensos mais simétricos. Assim, retoma-se a importância do social na própria confecção das políticas públicas, encontrando na própria América Latina algumas alternativas aos dilemas globais enfrentados. Com isso, procura-se contribuir com uma ponte de safena para a sangria de nossas veias abertas.

Bibliografia

Acosta, Alberto, 2016, *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária.

Aguilar, Raquel; Trujillo, M. L. N.; Linsalata, Lúcia, 2017, 'Repensar lo político, pensar lo comum - claves para discusión'. In: Márgara Millán, Daniel Inclán Lucia Linsalata (orgs.). *Modernidades alternativas: ¿hacia una modernidad no capitalista?* Ciudad de México: UNAM.

Agamben, Giorgio, 2020, A invenção de uma pandemia, In: *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo.

Arif, Yasmeen, 2021, 'Calling a Pandemic by Its Name'. *Society and Culture in South Asia,* v. 7, n.1, p. 97–104.

_____2022, '*The Space Between Us: Biophilosophies of Identities in Pandemic Space'*. Disponível em: https://tinyurl.com/4sejry42.

Bringel, Breno, 2017, 'Movimientos sociales en América Latina: matrices político-ideológicas, cartografía de las resistencias y conflictos societarios'. In: José Angel Sotillo; Bruno Ayllón (orgs.). *Las transformaciones de América Latina: cambios políticos, socioeconómicos y protagonismo internacional*. Madri: Catarata.

Brenner, Robert; Glick, Mark, 1991, 'The regulation approach: theory and history'. *New Left Review*, Disponível: https://tinyurl.com/2p95jvrd.

Borba, Pedro, 2020, 'Paraguai: 'a fome não está em quarentena'. In: Observatório de Movimentos Sociais da América Latina, *Comunica América Latina II - julho - setembro 2020*. Rio de Janeiro. Disponível em: https://tinyurl.com/3euamwwy.

Boyer, Robert, 2022, 'Impacts on Global Development and Economy'. Disponível em: https://tinyurl.com/5ahyh5ye.

_____2020, *Les capitalismes à l'épreuve de la pandemie*. Paris: La Découverte.

_____2002, 'Les origines de la théorie de la régulation'. In: Boyer Robert et Saillard Yves (orgs.). *Théorie de la régulation. L'état des savoirs*, Paris: La découverte, collection Recherches.

CEPAL, 2021, 'Estudio Económico de América Latina y el Caribe Dinámica laboral y políticas de empleo para una recuperación sostenible e inclusiva más allá de la crisis del COVID-19'. Disponível em: https://tinyurl.com/42r3h9tx.

Cueva Barón, *et al*., 2022, "Safeguarding people living in vulnerable conditions in the COVID-19 era through universal health coverage and social protection". *The Lancet. Public Health*, v. 7, n.1, E86-E92

Chilcote, R. H, 2012, "Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento". *Crítica Marxista*, n.34, p.87-110. Disponível em: https://tinyurl.com/bz96y9zr.

Dussel, Enrique, 1994, *1492: El encubrimiento del Otro*. *Hacia el origen del "mito de la Modernidad.* La Paz: Plural Ediciones – UMSA.

Federici, Silvia, 2010, *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*, Buenos Aires: Tinta Limón.

Ferreira, Daniel, 2020, Equador: Uma breve cronologia de março a junho de 2020. *Comunica América Latina I – março – junho de 2020*. Rio de Janeiro. Disponível em: https://tinyurl.com/3bnck2uc .

Ferreira, Daniel, *et al*., 2022, "Apresentação". In. *Observatório de Movimentos Sociais da América* Latina, *Comunica América Latina VII - outubro - dezembro 2021*. Rio de Janeiro.

Foucault, Michel, 2013, 'A Governamentalidade'. In: Foucault, Michel; Machado, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal.

_____1999, *Em Defesa da Sociedade.* São Paulo: Martins Fontes.

_____1999a, *História da Sexualidade I – A vontade de Saber*. São Paulo: Graal.

_____2008, *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Graeber, David, 2014, *Debt: the first 5,000 years*. New York: Melville House Publishing

Gutiérrez Aguilar, Raquel, 2014, *Rhythms of the Pachakuti: indigenous uprising and state power in Bolivia*. Durham: Duke University Press.

Hardt, Michael; Negri, Antonio, 2017. *Assembly*. New York: Oxford University Press.

Karatani, Kojin, 2014, *The Structure of World History*: *From modes of production to modes of exchange*. Durham: Duke University Press.

Köncke, Philipp; Schmalz, Stefan, 2024, 'The World-System of Vaccine Distribution: Global Inequalities and Geopolitical Conflicts During the COVID-19 Pandemic'. In: *Journal of World-Systems Research*, v. 30, n. 1, p. 195–222.

Lima, Nísia T, *et al*., 2020, 'COVID-19 pandemic: a health and humanitarian crisis'. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n.7.

_____2022, *Impacts of the Pandemic on Global Health and Vital Inequalities*. Disponível em: https://tinyurl.com/3v56jnx8

Löwy, Michel, 1995, 'La théorie du développement inégal et combiné'. *Actuel Marx*, v. 18, n. 2, p. 111-120. Disponível em: https://tinyurl.com/7jwevx6w.

Machado, Roberto, 2013, 'Introdução – Por uma genealogia do Poder'. In: Foucault, Michel; Machado, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. 27ªed. Rio de Janeiro: Graal.

Mariátegui, José Carlos, 2010, *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Lima: Biblioteca Amauta. Edição marxista. Disponível em: https://tinyurl.com/vnbud8j7.

Marini, Ruy Mauro, 1990, *Dialética da Dependência*. México: Editora Era.

Negri, Antonio, 2008, 'The Labour of the Multitude and the Fabric of Biopolitics. Globalization working papers 08/3'. *Institute on Globalization and Human Conditions*. Disponível em: https://tinyurl.com/yckah2un.

Ostrom, Elinor, 2010, 'Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems'. *American Economic Review*, v. 100, n. 3, p. 641–672.

_____1990, *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Indiana: Indiana University Press.

Polanyi, Karl, 1977, *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press.

Prebisch, Raúl, 1976, 'Crítica al capitalismo periférico'. *Revista de la CEPAL,* v.1976, n. 1, p. 7 – 73. Disponível em: https://tinyurl.com/yc5nwdba.

Reghim, Mariane Silva; Lauletta, Natasha Martín, 2020, 'Brasil de Julho a setembro: entre mobilizações e paralisações'. In: *Observatório de Movimentos Sociais da América Latina*. *Comunica América Latina II - julho - setembro 2020*. Rio de Janeiro. Disponível em: https://tinyurl.com/4j36xa4d.

Revel, Judith, 2008, 'Biopolitique'. In: *Dictionnaire Foucault*. Paris: Ellipses.

Santos, Theotônio dos, 2020, *Teoria da dependência: balanços e perspectivas*, *obras escolhidas, volume 1*. São Paulo: Editora Insular.

Stevano, Sara; Ali, Rosimina; Jamieson, Merle, 2020, 'Essential for what? A global social reproduction view on the re-organisation of work during the COVID-19 pandemic'. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, v. 42, p. 178-199.

Svampa, Maristella Noemi, 2010, 'Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios políticos en América Latina'. *OneWorld Perspectives*, v. 1, p. 1-29.

Trotsky, Leon, 1969, 'Prefácio de junho de 1905 à edição russa dos discursos de Fernand Lassale'. In: *1905*. Paris: Minuit.

_____1959, 'The Russian Revolution: The Overthrow of Tzarism and The Triumph of the So-viets'. In: Dupee, F. W. (org.). Garden City/New York: Doubleday Anchor.